

Caminhos e lugares do Concelho de Câmara de Lobos (6)

# Reflexos do Ultimato Inglês na toponímica camaralobense

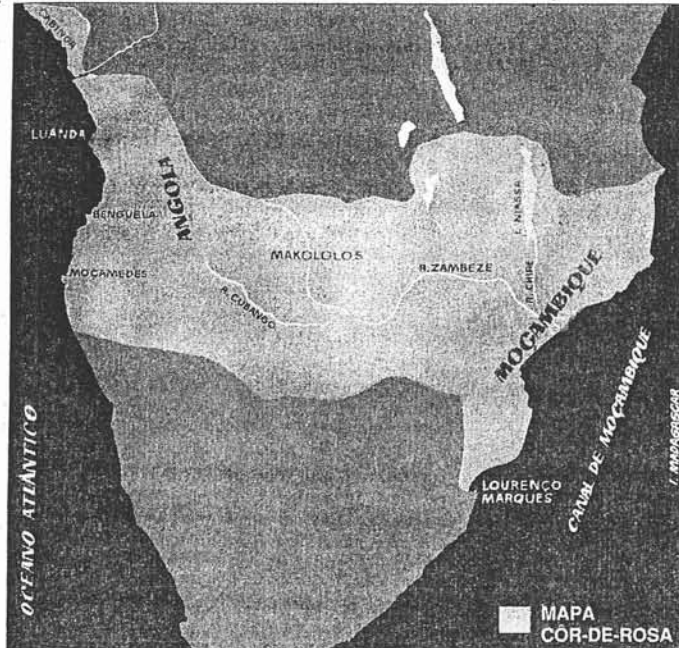
Em consequência dessa afronta e humilhação imposta pela Inglaterra, gerou-se um pouco por todo o país uma onda de protestos populares e de grande patriotismo expresso das mais variadas formas, das quais a reunião de meios financeiros para aquisição de barcos de guerra, mais tarde consubstanciada no cruzador Adamastor e a idolotração dos chefes das expedições portuguesas pelo interior de África, em especial de Serpa Pinto, mereceram destaque.

No dia 11 de Janeiro de 1890 a Inglaterra fez a Portugal um ultimato, ameaçando que retiraria o seu embaixador e tomara as medidas adequadas caso Portugal não retirasse as forças militares que, sob o comando do major Serpa Pinto, na zona da África Austral correspondendo ao Chire e ao território dos Macololos procuravam garantir a presença de Portugal.

## O mapa cor-de-rosa

Era o eclodir de um conflito resultante do choque entre a política imperialista inglesa que pretendia ligar o Cairo ao Sul de África e as pretensões também imperialistas de Portugal em África, traduzidas no chamado mapa cor-de-rosa e que exprimiam o desejo de união de Moçambique a Angola, facto só possível com a ocupação dos territórios situados entre estas duas colónias, o que colidia com os interesses ingleses, uma vez que lhes vedava a possibilidade de continuidade territorial e colonial a que aspiravam.

Com efeito, as expedições portuguesas em África organizadas entre 1887 e 1889, por António Maria Cardoso, Vitor Cordon, Paiva de Andrade e Serpa Pinto, haviam levado ao controlo de algumas regiões do chamado mapa



Mapa cor-de-rosa e "As Colónias"

Expressão de uma política inconsistente, o mapa cor-de-rosa esteve na origem de uma série de lamentáveis deslres diplomáticos e coloniais. Essa política levou, em linha recta, ao ultimato Inglês de Janeiro de 1890 que foi um desastre nacional, só explicável pela inépcia dos dirigentes monárquicos dessa época. Os autores do mapa cor-de-rosa tinham planeado um império africano, de uma a outra costa, o qual só seria viável com a ocupação dos territórios entre Angola e Moçambique para que não havia recursos e enfrentamos a oposição inglesa

cor-de-rosa, situação imprescindível para a reivindicação dos direitos de soberania, circunstância que suscitou reservas por parte de Inglaterra que já possuía estabelecimentos e missões no Niassa e no Chire. Um relatório, entretanto feito pelo bispo anglicano Smithyes e divulgado na Europa em finais de 1889, acusando Serpa Pinto de ter atacado as tribos de Macololos e de pretender apoderar-se do Chire e da parte meridional do lago Niassa, desencadeou uma forte corrente de opinião contra Portugal. Este facto fez com que a Inglaterra reagisse e declarasse que não iria permitir que os seus direitos na zona fossem postos em causa, exigindo a demissão dos militares responsáveis. A esta reacção, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros português respondeu que as expedições portuguesas eram pura-

mente técnicas e não pretendiam hostilizar aquela potência, além de que haviam sido os Macololos que atacaram a coluna de Serpa Pinto. Ainda que a versão inglesa e portuguesa não fosse coincidente tudo parecia resolvido pelo facto do Governo Português garantir que os estabelecimentos e interesses britânicos seriam respeitados. Contudo a 11 de Janeiro surge o ultimato.

## A resposta ao ultimato

Em presença de uma ruptura eminente de relações com Inglaterra e de todas as consequências que dela poderiam advir, o Governo Português resolve ceder às exigências formuladas no ultimato e manda retirar as forças militares do Chire e dos Macololos.

Em consequência dessa afronta e humilhação imposta pela Inglaterra, gerou-se um pouco por

todo o país uma onda de protestos populares e de grande patriotismo expresso das mais variadas formas, das quais a reunião de meios financeiros para aquisição de barcos de guerra, mais tarde consubstanciada no cruzador Adamastor e a idolotração dos chefes das expedições portuguesas pelo interior de África, em especial de Serpa Pinto, mereceram destaque. Com efeito, como que pretendendo desafiar a Inglaterra, dezenas de edificações camarárias, por todo o país atribuíram o nome de Serpa Pinto, bem como de outros heróis africanos a ruas dos seus concelhos.

Com o ultimato surgiria também o descrédito da política monárquica e a ascensão dos ideais republicanos. Os acordos da Portuguesa, que mais tarde se haveriam de tornar no hino nacional, surgiram também nesta altura.

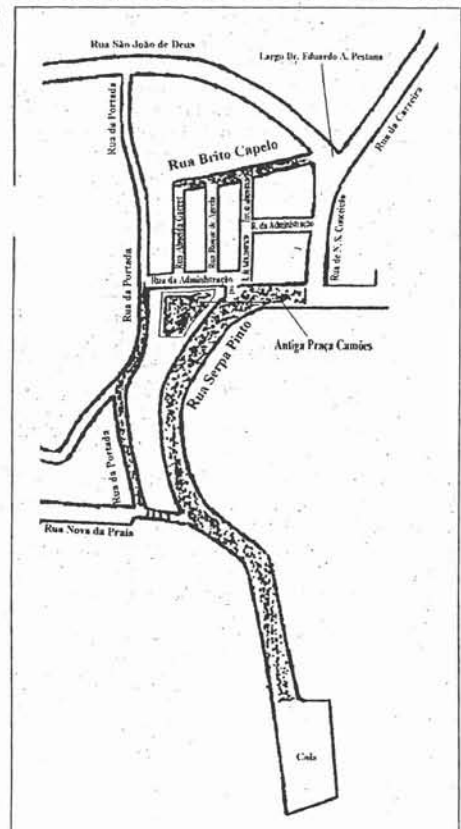
## Câmara de Lobos e o ultimato

Relativamente ao concelho de Câmara de Lobos, a primeira reacção pública expressa pela edilidade camaralobense ao ultimato surge na sessão camarária de 6 de Fevereiro de 1890. Nesta sessão, é analisado um ofício que havia sido já presente na sessão anterior, proveniente da Câmara Municipal da Ponta do Sol, acompanhado uma cópia da acta da sua reunião de 25 do mês anterior e onde para além de dar conta do protesto pontosolense contra o procedimento inglês relativamente aos domínios portugueses em África propunha: que entre as várias Câmaras do Distrito fosse combinado a forma de distribuição entre si, da despesa necessária à aquisição de um barco torpedeiro para oferecer ao Governo; que fosse subscrito 600 mil reis para a defesa Nacional; que fosse pedido a Sua

Majestade para tornar obrigatória a instrução primária e que nas escolas se estabelecesse o ensino militar obrigatório e finalmente, que em homenagem aos patriotas exploradores Serpá Pinto e seu companheiro se denominasse Praça Marquês de Pombal ao passeio público da vila da Ponta do Sol.

Em referência a este ofício e ao ultimato, a vereação camaralobense ainda que lamentasse o procedimento da Inglaterra, uma nação que se dizia aliada portuguesa, não toma contudo posições radicais. No seu entender haveria que se abster de levantar atritos e aguardar o resultado das negociações que, acreditavam, se realizariam em termos satisfatórios para a nação portuguesa.

Apesar de parecer ser esta a resolução mais prudente a tomar na conjuntura do momento, a Câmara não deixou todavia de se



Pormenor de arruamentos de Câmara de Lobos



Ao lado dos barracões do peixe e mercado, a praça de Camões  
(Fotografia Museu-Vicentes)

associar ao nobre pensamento da vereação da Câmara Municipal da Ponta do Sol, em quem reconheceu o patriotismo que também era o seu.

#### Rua Serpa Pinto e praça de Camões

Na mesma sessão camarária e numa espécie de retaliação pela posição inglesa, Joaquim Pestana propõe a atribuição do nome de Serpa Pinto à rua situada entre a casa da Câmara e o cais da vila. Adicionalmente a Câmara deliberou adquirir não só alguns retratos de Serpa Pinto no sentido de colocar um nos paços do concelho e de distribuir outros pelas escolas, como também alguns livros onde se relatessem os feitos heróicos do major para oferecer aos alunos das escolas. Ainda sob proposta de Joaquim Pestana é na mesma altura deliberado atribuir o nome de Praça de Camões ao passeio público da vila, situado junto à praça do peixe e fazer uma subscrição de 150 mil reis para a Defesa Nacional.

Destas duas homenagens, hoje somente a prestada a Serpa Pinto pode ser testemunhada.

Relativamente à praça de Camões, ou passeio público como era conhecido presume-se que a sua construção tenha ocorrido próximo a 1890. Por volta de 1927/28 foi sujeita a importantes melhoramentos, que envolveram nomeadamente a implantação de um marco fontenário, ainda hoje existente.

Devido às sucessivas obras que ao longo dos anos, se foram realizando no espaço que englobava o matadouro, o mercado, a praça do peixe e a praça de Camões, esta viria a ficar reduzida actualmente

a um pequeno espaço sem a dignidade que primitivamente era suposto ter e sem que ostente qualquer placa toponímica.

#### Rua Brito Capelo e Azevedo Coutinho

Posteriormente, na sua sessão de 28 de Agosto de 1890, a Câmara promove uma reestruturação da toponímica de Câmara de Lobos e de entre as alterações introduzidas volta a homenagear heróis das expedições africanas, casos de Brito Capelo e de Azevedo Coutinho, atribuindo os seus nomes a dois dos arruamentos da vila. Todavia, só o nome de Brito Capelo chegou até aos dias de hoje na toponímica camaralobense.

Relativamente à rua de Azevedo Coutinho e que corresponderá muito provavelmente a João de Azevedo Coutinho (Fragoso Sequeira), ela situava-se por de trás da então praça do peixe, mercado da fruta e antigo passeio público, estendendo-se desde o chafariz do ilhéu até à, na altura ainda, projectada rampa de ligação entre a rua Nova da Praia e a rua do cais. Corresponderia esta rua se hoje existisse, ao segmento da rua da Portada entre o seu cruzamento com a rua da

Administração, onde ainda existe o fontenário, dito do Ilhéu, e a rua Nova da Praia (assinalado no mapa a pondeado).

Azevedo Coutinho era tenente de Armada e foi um dos heróis africanos. Era natural do Alter do Chão, onde nasceu a 3 de Fevereiro de 1865. Era filho de Manuel de Azevedo Coutinho e de Efigénia de Azevedo Coutinho. Tendo assentado praça a 13 de Outubro de 1880, passou a aspirante da armada a 10 de Novembro de 1882 e, dois anos mais tarde, é promovido a guarda-marinha. Entre outras acções em Moçambique, comandou a canhoneira Cherim quando Serpa Pinto chegou a África com a missão de manter o domínio português na região do Chire e Ruó, nas vésperas do ultimato.

A 15 de Janeiro de 1891, foi no seu regresso a Lisboa, recebido em apoteose e o parlamento declarou-o benemérito da pátria. Contando na altura apenas 25 anos de idade do seu curriculum faziam já parte importantes prestações em prol da pátria, tendo sido o chefe da rendição de Chilomo e o pacificador do régulo Gambi e imposto o domínio português na zona do Ruó ao Milange.



Rua da Portada - troço correspondente à antiga rua Azevedo Coutinho

Posteriormente viria a ocupar importantes cargos como: deputado em 1900; Governador Geral de Moçambique, em Dezembro de 1904; Governador Civil de Lisboa após a morte de D. Carlos; por duas vezes, entre 1909 e 1910, ministro da Marinha e senador monárquico pelo distrito de Portalegre em 1925 e 1926, isto para além de ter sido ajudante de campo de D. Carlos e de D. Manuel e de ter sido por várias vezes condecorado.

#### Outras ruas à margem do ultimato

Ainda na sessão de 28 de Agosto de 1890 e apesar de não haver qualquer relação com o ultimato, nem com as possessões portuguesas em África, foi também deliberado dar o nome do escritor Almeida Garrett à travessa do Val; o nome de rua da Administração à rua do Fogo, desde a rua da Conceição até ao chafariz do Ilhéu, denominação que se deve à sua proximidade com edifício onde então funcionava a Câmara e a Administração do Concelho; o nome de rua do Chafariz à antiga rua da Portada e o nome Roque de Agrela à travessa da Feira.

A denominação da rua

Roque de Agrela tem a ver com Roque Teixeira de Agrela, importante proprietário e comerciante natural de Câmara de Lobos, onde nasceu a 16 de Agosto de 1792, tendo falecido solteiro e sem filhos, no Funchal, na freguesia de São Pedro, a 25 de Janeiro de 1883. Era filho de Manuel Teixeira de Agrela e de Ana dos Reis, naturais de Câmara de Lobos. Foi presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, cargo que tomou posse a 2 de Janeiro de 1864 e onde se manteve durante um mandato de dois anos. Para além de presidente da Câmara exerceu vários outros cargos públicos, nomeadamente o de conselheiro municipal.

A homenagem prestada a Almeida Garrett através da atribuição do seu nome a uma rua de Câmara de Lobos, terá muito provavelmente a ver a com a presença do poeta camaralobense Joaquim Pestana na vereação camarária, onde na altura ocupava o cargo de vice-presidente. Almeida Garrett, de seu nome completo João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, era natural do Porto, onde nasceu a 4 de Fevereiro de 1799, tendo falecido em Lisboa a 9 de Dezembro de 1854.

Era filho de António Bernardo da Silva e de Ana Augusta de Almeida Leitão, ambos de ascendência plebeia. O apelido Garrett foi-o buscar a sua avó paterna, Antónia Margarida Garrett. Embora se tivesse consagrado à poesia, onde deixou uma obra prima, as Folhas Caídas, na prosa que se imortalizou, tendo sido As Viagens da Minha Terra, a obra que lhe deu maior reputação literária. Distinguiu-se também no teatro onde de entre as suas obras, Frei Luís de Sousa foi a mais importante, sendo mesmo considerada a obra prima do teatro português.

Relativamente à rua do Chafariz, a sua denominação ou nunca foi assumida ou se o foi perdeu-se no tempo. Com efeito, actualmente esta rua não só mantém a sua primitiva denominação, ou seja, a de rua da Portada, como posteriormente, em data que se desconhece viria também a englobar a rua Azevedo Coutinho.

No cruzamento da rua da Portada com a rua da Administração funciona desde 7 de Fevereiro de 1952, o posto de Polícia de Segurança Pública de Câmara de Lobos. Foi este posto criado por deliberação camarária de 5 de Setembro de 1951, perante a possibilidade dada pelo Comando da Polícia de Segurança Pública de dotar todos os concelhos de postos de Polícia de Segurança Pública. É nesse sentido que na sua sessão de 10 de Setembro de 1952, a Câmara dá conta de que havia iniciado obras com vista à sua instalação, construindo um andar sobre o edifício que servia de calabouço. ■



O que resta da antiga praça de Camões



Almeida Garrett



Azevedo Coutinho